

12 JUL 1985

Governo vai atrasar os pagamentos

Para tentar evitar o estouro das contas do Tesouro Nacional em julho, quando se prevê muitas pressões sobre os gastos do Governo, os ministros da Fazenda e do Planejamento, Francisco Dornelles e João Sayad, decidiram trabalhar em comum acordo no sentido de segurar alguns pagamentos na área de custeio e programas dos orçamentos fiscal e das empresas estatais.

O objetivo, admitiu ontem o secretário-geral-adjunto do Ministério da Fazenda, Carlos von Dollinger, será tentar casar a receita com a despesa, distribuindo os pagamentos de forma compatível com o fluxo de caixa. Isso implicará na contenção de algumas despesas de custeio e financiamentos de programas em andamento. Dollinger destacou, porém, que não haverá atraso no pagamento de salário do funcionalismo, um dos itens que mais deverá pesar nas contas do mês.

Dollinger previu uma receita em julho de Cr\$ 12,5 trilhões, graças ao acréscimo proporcionado pela antecipação da cobrança de Imposto de Renda da Pessoa Física, que deveria surtir efeito em junho, mas que ficou para julho. A antecipação representaria uma receita de Cr\$ 1 trilhão, aproximadamente. Entretanto, as despesas crescerão proporcionalmente, sobretudo devido ao aumento dos salários do funcionalismo que atingirão Cr\$ 4,2 trilhões.

Além disso, ressaltou, haverá desembolso de Cr\$ 1 trilhão referente ao pagamento da dívida externa e interna — cobertura de dívidas da Rede Ferroviária Federal, BNDES, Sunaman, etc. A estratégia traçada pelos ministros Dornelles e Sayad para julho é de manter o fluxo de moeda compatível com a inflação prevista de 8,5 por cento, ao contrário do que ocorreu em junho, cuja expansão da emissão de moeda atingiu 13 por cento em comparação com a inflação de 7,8 por cento.

JUNHO

Segundo Dollinger, a expansão de 13 por cento da base monetária em junho decorreu de uma sazonalidade que já se tornou normal nesse período do ano, quando as pessoas retiram dinheiro para gastar. Seria por causa das férias, disse. Ressaltou não acreditar que o estouro da base em relação à inflação tenha decorrido do congelamento imposto aos preços das tarifas públicas, que obrigou o Governo a compensar com emissão de moeda o prejuízo das empresas.

Em junho, o caixa do Governo apresentou um déficit de Cr\$ 5,7 trilhões, que foi coberto pela emissão de títulos de Cr\$ 3,32 trilhões e pela emissão de moeda de Cr\$ 2,42 trilhões. A receita atingiu Cr\$ 9,49 trilhões, contra Cr\$ 11,2 trilhões do mês de maio. As despesas atingiram Cr\$ 8,27 trilhões. Foram transferidos do orçamento fiscal ao orçamento monetário Cr\$ 1,22 trilhão. Entretanto, o orçamento monetário exigiu gastos de Cr\$ 6,97 trilhões. Resultado: déficit de Cr\$ 5,7 trilhões.

Os principais fatores de pressão sobre o orçamento monetário continuaram sendo os desembolsos para compra de produtos agrícolas (Cr\$ 1,29 trilhão), encargos da dívida externa das empresas estatais (Cr\$ 1,21 trilhão) e empréstimos do Banco do Brasil à agricultura (Cr\$ 2,8 trilhões).